



2023/2134(DEC)

31.1.2024

PARECER

da Comissão dos Assuntos Externos

dirigido à Comissão do Controlo Orçamental

sobre a quitação 2022: Orçamento geral da UE – Serviço Europeu para a Ação Externa
(2023/2134(DEC))

Relatora de parecer: Katalin Cseh

PA_NonLeg

SUGESTÕES

A Comissão dos Assuntos Externos insta a Comissão do Controlo Orçamental, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Salienta a necessidade de a UE continuar a desenvolver um serviço externo que seja sólido e resiliente, dotado de uma direção política clara, a fim de fazer face aos atuais desafios e de garantir a coerência da política externa da União; regista, nesse contexto, o papel fundamental do SEAE e, em especial, das suas delegações no contexto do impacto geopolítico da agressão russa contra a Ucrânia e da consequente necessidade de apoiar os países parceiros em todo o mundo e de reforçar as alianças mundiais; salienta a importância de manter um forte empenho e peso político no plano bilateral, nomeadamente na diplomacia pública e cultural, a fim de promover os valores, princípios e interesses da UE, e ainda na comunicação estratégica para combater a desinformação; apela a uma utilização mais eficiente dos recursos disponíveis, a fim de evitar pôr em risco a eficácia da União no panorama internacional; considera necessário que as delegações da UE continuem a coordenar esforços para aumentar a visibilidade dos projetos financiados pela UE, tirando assim o máximo proveito possível dos recursos; insta o SEAE a prosseguir os seus esforços no sentido de modernizar as suas abordagens e investir em novas competências e capacidades, aumentando, simultaneamente, a eficiência em termos de custos; reitera a importância de promover o Estado de direito, as liberdades fundamentais e os valores em que a UE se alicerça;
2. Manifesta grande preocupação com a contínua aproximação do primeiro-ministro húngaro, Viktor Orban, ao presidente russo, Vladimir Putin, apesar das sanções da UE e de um mandado de detenção do Tribunal Penal Internacional por crimes de guerra contra este último, devido à agressão russa em curso contra a Ucrânia; salienta que, nos termos do artigo 24.º, n.º 3, do TUE, os Estados-Membros têm a obrigação de apoiar ativamente e sem reservas a política externa e de segurança da União, num espírito de lealdade e solidariedade mútua, e devem abster-se de ações contrárias aos interesses da União; recorda ao AR/VP a sua obrigação de garantir o respeito por parte dos Estados-Membros dos princípios consagrados neste artigo e convida-o, neste contexto, a informar o Parlamento sobre a sua análise da política do primeiro-ministro húngaro em relação à Rússia e sobre a conformidade com o referido artigo do Tratado, bem como sobre qualquer eventual ação que tenha tomado;
3. Condena veementemente o recurso à violência sexual e de género como arma de guerra na Ucrânia, classificando-a como um crime de guerra; destaca as denúncias crescentes de tráfico de seres humanos, violência sexual, exploração, violação e maus-tratos de que são vítimas as mulheres e as crianças que fogem da Ucrânia para a Europa; insta os países da UE a darem resposta às necessidades específicas das mulheres e raparigas nos centros de acolhimento, velando pela disponibilidade imediata de serviços de assistência às vítimas da violência de género; insta com veemência a UE e os países de acolhimento e de trânsito a garantirem o acesso a serviços de saúde e direitos sexuais e reprodutivos; exorta a UE e os seus Estados-Membros a apoiarem as organizações que prestam serviços e abrigo a mulheres e raparigas refugiadas que foram vítimas de violência de género;

4. Manifesta viva preocupação com as restrições orçamentais que o SEAE enfrenta, que podem ter consequências negativas graves e de grande alcance para a ação externa da UE no seu conjunto e para a eficácia das instituições da UE neste domínio; regista que a ausência de medidas para corrigir a atual situação orçamental do SEAE pode afetar gravemente as relações da UE com países terceiros; afirma com veemência a necessidade de dotar o SEAE dos recursos financeiros e humanos necessários, tanto na sua sede como nas delegações da UE;
5. Recorda que as consequências diretas e indiretas das alterações climáticas comprometem a paz e a segurança mundial, agravando as vulnerabilidades e desigualdades existentes, e colocam em risco os direitos humanos; insta a Comissão e o SEAE a conceberem e conduzirem uma sólida diplomacia climática da UE, com o objetivo de promover a cooperação internacional em prol dos objetivos do Acordo de Paris, reforçar a dimensão externa do Novo Pacto Ecológico e apoiar com medidas concretas as metas ambiciosas de redução das emissões de CO₂ em países terceiros;
6. Observa que, em 2022, 40 % dos chefes de delegação nomeados foram mulheres; insta o SEAE a dar o exemplo, tal como estabelecido no Plano de Ação III em matéria de igualdade de género, e a continuar a melhorar a representação das mulheres e dos grupos marginalizados em todos os níveis, com o objetivo de alcançar, o mais rapidamente possível, a paridade de género em todos os cargos de direção e gestão e de assegurar uma liderança e processos de recrutamento responsivos ao género; lamenta o ritmo lento a que o pessoal do SEAE está a avançar no sentido de um equilíbrio no que diz respeito à diversidade, ao género e à distribuição geográfica, observa que todas as categorias de pessoal devem ser incluídas e insta todos os Estados-Membros a nomearem mais mulheres e candidatos de grupos marginalizados para destacamentos do SEAE; salienta que o Terceiro Plano de Ação da UE em matéria de Igualdade de Género (GAP III) prevê que, até 2025, 85 % das novas ações da UE contribuam para a igualdade de género e a emancipação das mulheres e das raparigas, e pede que o SEAE acelere os progressos rumo à concretização dos objetivos do GAP III, centrando-se de forma significativa, no quadro dos seus trabalhos quotidianos, nos principais domínios de intervenção do GAP III, incluindo o fim da violência de género, a promoção da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos, dos direitos económicos e sociais e da emancipação, da igualdade em matéria de participação e de exercício de responsabilidades;
7. Recomenda a aplicação de estratégias eficazes de formação em matéria de género no seio do SEAE, salientando a necessidade de investir em recursos e conhecimentos especializados para o desenvolvimento de estratégias de formação e educação alicerçadas numa abordagem de igualdade de género relativamente às políticas internacionais, a fim de lograr uma verdadeira mudança de cultura no SEAE; solicita que seja votada atenção particular à incorporação de mecanismos de integração da perspetiva de género, à orçamentação sensível ao género, à realização de avaliações de impacto em função do género e ao combate à violência de género; recomenda a adoção de um programa de formação abrangente destinado à aplicação efetiva do GAP III a todos os níveis do SEAE;
8. Manifesta preocupação com a situação dos direitos das pessoas LGBTIQ+ em todo o mundo, bem como com a oposição crescente aos direitos das mulheres, à igualdade de

género e da saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos nos países em desenvolvimento; insta a Comissão e o SEAE a fazerem face aos retrocessos no reconhecimento e proteção destes direitos; sublinha a necessidade de dar prioridade ao apoio específico às organizações da sociedade civil (OSC) e às comunidades que defendem a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos, os direitos das mulheres, a igualdade de género, a comunidade LGBTIQ+ e outros grupos marginalizados, incluindo a necessidade de adotar medidas reforçadas para despenalizar a homossexualidade; recorda que, no mínimo, 85 % das novas ações levadas a cabo ao abrigo do Instrumento IVCDI — Europa Global devem dar prioridade à igualdade de género, e que, pelo menos, 5 % devem ser especificamente consagrados aos direitos e ao empoderamento das mulheres e das raparigas;

9. Reputa essencial uma aplicação completa e uma integração sistemática da perspetiva de género e do Terceiro Plano de Ação da UE em matéria de Igualdade de Género (GAP III) em todos os aspetos da ação externa da UE, incluindo o comércio e a política de desenvolvimento sustentável, a todos os níveis de envolvimento e nas diferentes atividades e nos diversos enquadramentos, incluindo além do período de vigência do GAP III;
10. Reconhece a importância de criar o Centro de Resposta a Situações de Crise do SEAE; reitera que é essencial assegurar um nível adequado de cibersegurança de ativos, instalações e atividades, incluindo da sede e das delegações da UE, e de qualquer outro ativo ou pessoa da UE que se encontre num país terceiro; constata a relevância da cultura de proteção e segurança em todas as entidades, que deve ser assegurada através de pessoal, procedimentos, infraestruturas, ferramentas (incluindo TI) e de um orçamento adequado, com vista a garantir que todas as entidades possam desempenhar as suas funções essenciais e cruciais em caso de situações inesperadas ou críticas; reconhece os esforços do SEAE para combater a desinformação e a ingerência estrangeira; congratula-se com o facto de o SEAE ter reforçado a sua cooperação internacional com os Estados-Membros, as instituições da União e a NATO a este respeito; está firmemente convicto de que o SEAE deve não só destacar a desinformação proveniente de países terceiros, mas também revelar as fontes que distribuem este tipo de desinformação no seio da União;
11. Salienta que, face ao aumento dos desafios geopolíticos e à multiplicação das crises em todo o mundo, a UE deve poder contar com informações em primeira mão sobre problemas mundiais que ocorram fora das suas fronteiras; preconiza, neste contexto, o reforço do INTCEN da UE, do centro de resposta a situações de crise do SEAE e do SatCen, através do aumento de recursos humanos e financeiros, bem como das suas capacidades;
12. Insta a União a reforçar o seu conjunto de instrumentos para combater a ingerência estrangeira, a propaganda e as operações de influência, nomeadamente através do reforço do grupo de trabalho de comunicação estratégica do SEAE; salienta a necessidade de um mandato mais amplo no que diz respeito à desinformação com patrocínio estatal proveniente da China e do Médio Oriente, particularmente do Irão, e de atenuar os efeitos nas partes afetadas; reitera o seu apelo ao SEAE para que permita ao grupo de trabalho rastrear a origem da ingerência estrangeira, revelar as fontes que contribuem para a propagação da desinformação de forma semelhante na União e lhe

forneça os recursos financeiros e humanos necessários;

13. Considera essencial que a UE aumente o seu investimento na diplomacia pública e cultural e nos esforços de comunicação, em particular face às práticas dos regimes autoritários e iliberais; salienta, por conseguinte, a necessidade de afetar os recursos necessários à divisão de comunicação estratégica e prospetiva do SEAE;
14. Exorta as delegações da UE nos países vizinhos e dos Balcãs Ocidentais a reforçarem o seu empenho, que tem por objetivo contribuir para uma política de comunicação mais ativa e eficaz sobre a perspetiva europeia e prestar a melhor assistência possível aos países empenhados em reformas pró-democráticas e pró-europeias; insta as delegações da UE a lançarem mão de uma abordagem mais credível e baseada no mérito, assente nos critérios de Copenhaga, nomeadamente no que se refere ao Estado de direito, à democracia e à proteção dos direitos humanos, especialmente tendo em conta os progressos limitados realizados por alguns países dos Balcãs Ocidentais;
15. Insta as delegações da UE a reforçarem o apoio aos verdadeiros intervenientes democráticos e à sociedade civil nos Balcãs Ocidentais, bem como a denunciarem com firmeza e publicamente as ações de intervenientes iliberais e não democráticos que sejam contrárias ao interesse da União e a velarem por que a execução do financiamento do IPA III esteja em consonância com os objetivos da UE;
16. Insta o SEAE a dar seguimento ao anúncio feito nas suas respostas escritas à Comissão do Controlo Orçamental no contexto da quitação de 2019 e a adotar e aplicar as suas disposições de execução autónomas em matéria de atividades e missões externas, que criam uma base jurídica *sui generis* para os chefes das delegações protegerem melhor a imagem e a reputação da União;
17. Solicita a criação de uma estrutura permanente e dos recursos necessários para a Academia Diplomática Europeia, que possa contribuir para desenvolver plenamente uma diplomacia autónoma da UE, ou seja, uma diplomacia comum baseada numa perspetiva europeia; considera que, no futuro, esta Academia deve incluir um sistema de seleção, recrutamento e formação de europeus que tenham terminado o ensino superior e não sejam diplomatas dos Estados-Membros; salienta a necessidade de levar a cabo uma reflexão para decidir das modalidades de acesso ao SEAE pelos diplomados desta academia;
18. Exorta o SEAE e as delegações da UE a acompanharem de perto o estado da democracia nos diferentes países e a prestarem apoio logístico e tecnológico aos defensores dos direitos humanos e dos povos indígenas e, em particular, às mulheres.

ANEXO: ENTIDADES OU PESSOAS SINGULARES DE QUEM A RELATORA RECEBEU CONTRIBUTOS

A relatora de parecer declara, sob a sua responsabilidade exclusiva, não ter recebido quaisquer contributos de entidades ou pessoas singulares que, em virtude do artigo 8.º do anexo I do Regimento, devessem ser indicadas no presente anexo.

INFORMAÇÕES SOBRE A APROVAÇÃO NA COMISSÃO ENCARREGADA DE EMITIR PARECER

Data de aprovação	23.1.2024
Resultado da votação final	+: 45 -: 10 0: 3
Deputados presentes no momento da votação final	Alexander Alexandrov Yordanov, Maria Arena, Petras Auštrevičius, Krzysztof Brejza, Włodzimierz Cimoszewicz, Anna Fotyga, Michael Gahler, Giorgos Georgiou, Sunčana Glavak, Raphaël Glucksmann, Klemen Grošelj, Bernard Guetta, Márton Gyöngyösi, Dietmar Köster, Andrius Kubilius, Ilhan Kyuchyuk, Jean-Lin Lacapelle, Miriam Lexmann, Nathalie Loiseau, Leopoldo López Gil, Antonio López-Istúriz White, Thierry Mariani, David McAllister, Vangelis Meimarakis, Francisco José Millán Mon, Alessandra Moretti, Javier Nart, Matjaž Nemeč, Demetris Papadakis, Kostas Papadakis, Tonino Picula, Thijs Reuten, Nacho Sánchez Amor, Mounir Satouri, Jordi Solé, Tineke Strik, Dominik Tarczyński, Hermann Tertsch, Viola von Cramon-Taubadel, Thomas Waitz, Isabel Wiseler-Lima, Tomáš Zdechovský, Bernhard Zimniok, Željana Zovko
Suplentes presentes no momento da votação final	Attila Ara-Kovács, Adam Bielan, Özlem Demirel, Christophe Grudler, Arba Kokalari, Georgios Kyrtos, Katrin Langensiepen, Karsten Lucke, Erik Marquardt, Juozas Olekas, Bert-Jan Ruissen, Christian Sagartz, Mick Wallace
Suplentes (art. 209.º, n.º 7) presentes no momento da votação final	Theresa Bielowski

VOTAÇÃO NOMINAL FINAL NA COMISSÃO ENCARREGADA DE EMITIR PARECER

45	+
ECR	Adam Bielan
NI	Márton Gyöngyösi
PPE	Alexander Alexandrov Yordanov, Krzysztof Brejza, Michael Gahler, Sunčana Glavak, Arba Kokalari, Andrius Kubilius, Leopoldo López Gil, Antonio López-Istúriz White, David McAllister, Vangelis Meimarakis, Francisco José Millán Mon, Christian Sagartz, Isabel Wiseler-Lima, Tomáš Zdechovský
Renew	Petras Auštrevičius, Klemen Grošelj, Christophe Grudler, Bernard Guetta, Georgios Kyrtos, Ilhan Kyuchyuk, Nathalie Loiseau, Javier Nart
S&D	Attila Ara-Kovács, Maria Arena, Theresa Bielowski, Włodzimierz Cimoszewicz, Raphaël Glucksmann, Dietmar Köster, Karsten Lucke, Alessandra Moretti, Matjaž Nemec, Juozas Olekas, Demetris Papadakis, Tonino Picula, Thijs Reuten, Nacho Sánchez Amor
Verts/ALE	Katrin Langensiepen, Erik Marquardt, Mounir Satouri, Jordi Solé, Tineke Strik, Viola von Cramon-Taubadel, Thomas Waitz

10	-
ECR	Hermann Tertsch
ID	Jean-Lin Lacapelle, Thierry Mariani, Bernhard Zimniok
NI	Kostas Papadakis
PPE	Miriam Lexmann, Željana Zovko
The Left	Özlem Demirel, Giorgos Georgiou, Mick Wallace

3	0
ECR	Anna Fotyga, Bert-Jan Ruissen, Dominik Tarczyński

Legenda dos símbolos utilizados:

+ : votos a favor

- : votos contra

0 : abstenções